

Análise de Mídia

# IGUALDADE DE RAÇA & ETNIA

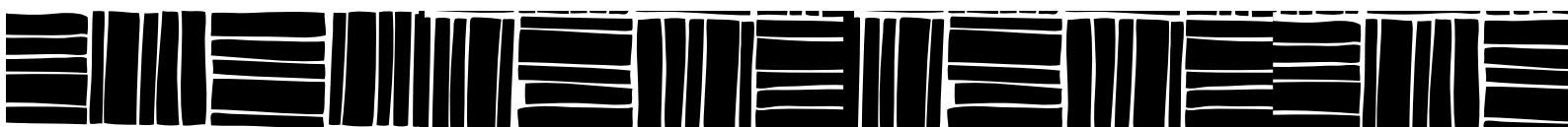
e a Educação de crianças e adolescentes

Brasília, novembro de 2011



# SUMÁRIO

Apresentação .....	3
Características gerais da Cobertura .....	4
Políticas Públicas e Busca de Soluções .....	12
Infância Raça e Etnia em Geral .....	16
Igualdade Racial e Educação .....	19
Metodologia .....	24



Ao longo das últimas décadas, o tema da igualdade étnica e racial avançou na agenda política brasileira, com a aprovação de marcos legais importantes. Dois deles, a Lei 7.716, de 1989, que classifica o racismo como crime inafiançável, e a consolidação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288), em 2010, são comprovações incontestáveis da capacidade da sociedade civil em impulsionar mudanças de largo impacto no âmbito do processo de redemocratização do país, a partir de meados dos anos 1980.

A existência de marcos legais não assegura, entretanto, um caminho tranquilo para as políticas de equidade étnico-racial. Em relação ao movimento negro, o tema ainda é permeado por debates polêmicos em torno do sistema de cotas nas universidades, da desigualdade racial no mercado de trabalho e do reconhecimento das tradições culturais e religiosas.

No campo dos direitos das populações indígenas, mesmo com os avanços da Constituição de 1988 – que reconhece a existência de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições próprias –, a garantia de políticas que assegurem a educação escolar indígena, a propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais e os direitos sobre as terras que os povos ocupam ainda estão longe de se generalizar.

A análise que a ANDI – Comunicação e Direitos aqui apresenta é uma ferramenta para compreender como os jornais impressos de todas as regiões brasileiras cobrem a relação entre as questões étnico-raciais e os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O trabalho é resultado de uma parceria com o UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Por meio dessa ampla radiografia, busca-se contribuir para uma visão mais clara dos desafios que se colocam para as redações no processo de fortalecimento do debate público em torno dos programas e das políticas voltadas para a inclusão étnico-racial.

Neste contexto, o diálogo construtivo com os profissionais de comunicação e o acompanhamento crítico do trabalho da mídia noticiosa são recursos que convergem para a redução da desigualdade e do preconceito na sociedade brasileira.

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DA COBERTURA

Em 2009, os jornais impressos brasileiros publicaram 605 notícias sobre Infância & Adolescência que tratavam de aspectos relacionados à questão étnico-racial. Cada um dos 39 jornais impressos analisados pela ANDI para o presente estudo publicou, em média, 15,51 textos sobre o assunto ao longo do período analisado.

De acordo com os dados coletados pela ANDI, os jornais da região Sudeste ocupam a liderança na discussão do tema, respondendo por 35% de toda a cobertura sobre o assunto em 2009. O desempenho está relacionado à presença de veículos de abrangência nacional – tais como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* –, responsáveis por grande parte da cobertura sobre Infância, Raça e Etnia publicada naquele ano.

Essa preponderância dos veículos de abrangência nacional indica que a cobertura sobre o assunto ainda é pouco pautada por problemáticas mais locais – estando em evidência discussões de repercussão nacional como o Estatuto da Igualdade Racial e a política de cotas, por exemplo.

Os dados coletados indicam que a região Norte se destaca na média de notícias sobre o tema publicadas por jornal – 17,6 textos para cada um dos seis veículos locais analisados. Esse desempenho se deve, em grande parte, à cobertura de temáticas indígenas, especialmente no quesito Educação. Apenas o jornal *Folha de Boa Vista* foi responsável por 9,4% do total de textos sobre Infância, Raça e Etnia publicados naquele ano.

Gráfico 1

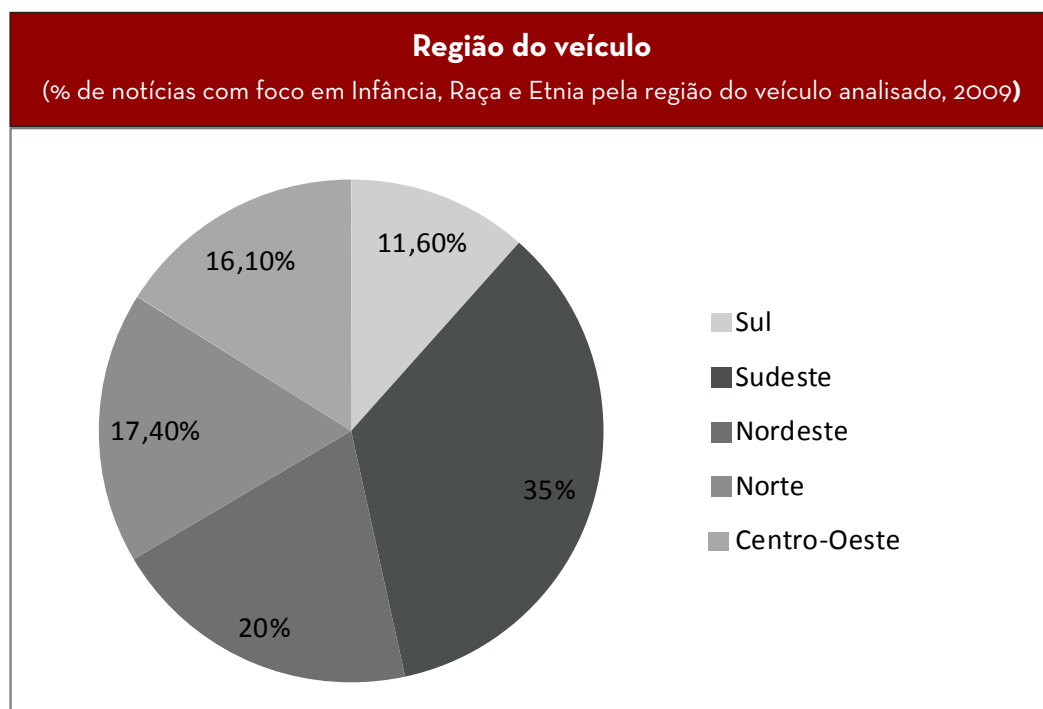


Tabela 1

Número médio de notícias por jornal	
Sul	11,6 (6 jornais)
Sudeste	19,2 (11 jornais)
Nordeste	10 (12 jornais)
Norte	17,6 (5 jornais)
Centro-Oeste	19,4 (5 jornais)

### Infância, Raça e Etnia na pauta dos conteúdos opinativos

Embora o formato reportagem seja predominante nos textos sobre a questão étnico-racial na infância e adolescência analisados pela ANDI (76,4%), há de se destacar a considerável presença de conteúdos opinativos nessa cobertura temática. Artigos de opinião, editoriais e entrevistas correspondem a 23,6% do total de notícias analisadas – percentual bastante superior ao observado na cobertura em geral sobre Infância & Adolescência (7,5%), que a ANDI tradicionalmente analisa.

Tabela 2

Tipo de texto das matérias abordadas (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Reportagem	76,4%
Artigo de Opinião	13,4%
Nota	3,6%
Editorial	2,6%
Entrevista	2,5%
Coluna Social	0,8%
Carta do Leitor	0,7%
Enquete	0,0%

### Abrangência geográfica

No que se refere à abrangência geográfica mencionada pelo jornalista, destacam-se as comunidades indígenas, abordadas em 25,1% das notícias avaliadas. Também chama atenção a referência à Amazônia, apontada em 10,4% do total de textos analisados.

Surpreende a diminuta atenção dedicada pelos profissionais de imprensa às comunidades quilombolas: apenas 1,2% das notícias sobre questões étnico-raciais fazem referência a essas populações.

Os dados coletados pela ANDI também indicam que a cobertura sobre o assunto aparece mais fortemente relacionada aos centros urbanos. Apenas 4,5%

dos textos trazem referência a regiões do interior do Brasil; 4,6% mencionam regiões de fronteiras; e 1,7% áreas rurais.

Ainda que grande parte da discussão esteja focada no ambiente urbano (21,3%), é pequena a menção a periferias (0,7%) e comunidades populares destes centros (0,2%).

**Tabela 3**

<b>Abrangência Geográfica/Territorial das Matérias*</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Comunidades Indígenas	25,1%
Urbano	21,3%
Amazônia	10,4%
Internacional (Outros Países)	6,0%
Fronteira	4,6%
Capital	4,5%
Interior	4,5%
Internacional (América Latina)	2,1%
Rural	1,7%
Bairros marginalizados/ Periferias	1,2%
Comunidades Quilombolas	1,2%
Periferia (Arredores da Capital)	0,7%
Comunidades populares dos centros urbanos	0,2%
Semiárido	0,2%
Não específica	33,6%

\*A soma dos valores pode alcançar mais de 100%, já que este item permite marcação múltipla

### **Que assuntos estão em foco?**

Questões como Educação (31,1%), Igualdade/desigualdade de Raça/Etnia (20,2%), Cultura (13,7%) e Saúde (7,9%) compõem o conjunto de temas mais apontados nessa cobertura.

O dado revela que a discussão sobre Igualdade/desigualdade Étnico-Racial não é preponderante na apresentação do tema principal, sendo colocada pelos veículos de comunicação, na grande maioria dos casos, de maneira transversal. Este indicador chama atenção, em se tratando de uma pesquisa que teve como palavras-chave de seleção a questão étnico-racial.

Vale observar a ausência ou a pequena repercussão de questões importantes tais como: Abandono/Abrigo/Situação de Rua, Acidentes, Deficiência, Direito Internacional, Desaparecidos, Drogas, Trabalho Infantil, Medidas Sócio-educativas e Tráfico de Pessoas.

Também chama atenção a referência reduzida à questão de gênero – discussão usualmente associada à de Raça, mas que no noticiário analisado foi tema principal de apenas 0,3% dos textos.

**Tabela 4**

<b>Tema principal das matérias em que há menção à Raça e/ou Etnia</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Educação	31,1%
Igualdade/desigualdade de Raça/Etnia	20,2%
Cultura	13,7%
Saúde	7,9%
Violência	6,3%
Migração e Deslocamento	4,1%
Direitos e Justiça	4,0%
Comportamento	3,0%
Meio Ambiente	2,8%
Pobreza e Exclusão Social	1,7%
Direitos Humanos	1,0%
Convivência Familiar	1,0%
Esporte e Lazer	0,8%
Trabalho Legal	0,7%
Questões Demográficas	0,5%
Exercício da Sexualidade	0,3%
Consumo	0,3%
Igualdade/desigualdade de Gênero	0,3%
Abandono/Abrigo/Situação de rua	0,2%

### **Poder Legislativo em foco**

Ao contrário do usualmente verificado na cobertura em geral sobre Infância & Adolescência – cuja prevalência está no poder Executivo –, as notícias sobre a questão étnico-racial na infância e adolescência estão mais concentradas no poder Legislativo – o que pode ser explicado, entre outros aspectos, pela discussão no Congresso Nacional de questões como o Estatuto da Igualdade Racial<sup>1</sup>. Dentre as notícias pesquisadas, o Legislativo foi citado em 7,8% dos textos, seguido pelo Executivo (6,6%), pelo Judiciário (3,3%) e pelo Ministério Público (0,5%).

Ao analisarmos as notícias nas quais o Poder Público aparece como foco central, é possível identificar que os jornais pautam a discussão de Infância, Raça

<sup>1</sup> O Estatuto da Igualdade Racial foi apresentado como projeto de Lei em 2000. Em 2009 passou por uma longa discussão na Câmara, até ser aprovado em setembro. Chegou ao Senado em setembro e foi aprovado em junho de 2010. Encaminhado para sanção presidencial, foi sancionado sem vetos em 20/07/2010, entrando em vigor em 20/10/2010.

e Etnia majoritariamente no âmbito Federal – destacado em 68,7% do total de textos. A esfera Estadual/Distrital vem em seguida, com 19,82%; e o nível Local/Municipal é apontado em 9,9% das notícias.

Vale refletir sobre a reduzida presença do Poder Executivo na cobertura, em comparação à média geralmente registrada em outras análises temáticas realizadas pela ANDI. Será resultado da falta de um maior protagonismo por parte dos entes governamentais? Ou não estariam as redações reconhecendo o Executivo como um interlocutor prioritário para o debate em torno desta agenda?

Quanto ao foco central majoritariamente apresentado pela notícia, os dados coletados pelo estudo da ANDI indicam que a grande maioria dos textos sobre Infância, Raça e Etnia debate aspectos comportamentais da questão, sem avançar para a discussão e o acompanhamento de políticas públicas.

Segundo os dados coletados, a maioria (45,6%) das notícias analisadas discute a questão de Raça & Etnia a partir do enfoque que a ANDI categoriza como “Temático”. Este enquadramento – que é utilizado para as notícias que abordam um tema de forma geral, sem associá-lo a um fato pontual ou instituição em particular – indica uma abordagem mais focada em aspectos sociais/culturais e menos no debate imediato de políticas públicas.

A grande presença de “Sociedade em geral” e “Individualizado” como foco central da notícia corrobora essa percepção.

**Tabela 5**

<b>O foco central está, majoritariamente, colocado segundo qual enquadramento?</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Temático	45,6%
Poderes públicos	18,2%
<i>Legislativo</i>	7,8%
<i>Executivo</i>	6,6%
<i>Judiciário</i>	3,3%
<i>Ministério Público</i>	0,5%
<i>Defensoria Pública</i>	0,0%
Sociedade em geral	17,9%
Individualizado (caso pessoal, familiar)	14,9%
Setor Privado	1,8%
Terceiro Setor	1,7%



## As fontes de informação ouvidas

Garantir e ampliar a presença de fontes de informação ainda constitui um desafio na cobertura jornalística das questões étnico-raciais, e representa um indicador fundamental para a averiguação da diversidade e pluralidade do noticiário. De acordo com os dados coletados pela ANDI, 28,6% dos textos analisados não trazem fontes de informação. Entre aqueles que fazem uso deste elemento essencial de qualificação da notícia, a média de atores ouvidos ainda é pouco superior ao verificado na cobertura geral sobre Infância & Adolescência: 1,63 fontes por notícia ante 1,49.

Em um tema cercado por aspectos considerados polêmicos, como ocorre com Raça e Etnia, merece maior atenção a presença de opiniões divergentes na abordagem do assunto. Apenas 14,21% das notícias analisadas pela ANDI para o presente estudo buscaram destacar perspectivas distintas sobre uma questão.

A sociedade civil se destaca entre os atores ouvidos no noticiário sobre Infância, Raça e Etnia: 62,5% das notícias analisadas trazem essa fonte de informação – índice acima do verificado na cobertura em geral sobre Infância & Adolescência em 2009 (37,2%).

Os especialistas também são mais ouvidos: enquanto a parecem em 16,2% do noticiário sobre infância em geral, nos textos que discutem Infância, Raça e Etnia registram 30,9%.

Já a presença do Governo como fonte ouvida mantém a tendência verificada na cobertura em geral. Enquanto na cobertura sobre infância como um todo atores governamentais respondem por 46,5% dos ouvidos, na cobertura étnico-racial esse índice é de 49%.

Vale destacar a presença de populações indígenas, ouvidas em 15,2% das notícias analisadas. Representantes de entidades religiosas dessas etnias foram consultados em 2,2% dos textos.

Por outro lado, representantes das entidades religiosas de matriz africana foram deixadas de lado na discussão sobre Infância, Raça e Etnia. Nenhum dos textos analisados pelo presente estudo fazia referência a esses atores.

**Tabela 6**

<b>Número de fontes ouvidas</b>	
Total de Fontes Ouvidas	988
Média de Fontes por Notícia	1,63
Matérias sem fontes	28,6%

Tabela 7

<b>Fontes ouvidas por notícia</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
<b>Crianças e Adolescentes</b>	<b>3,5%</b>
<i>Adolescente</i>	2,2%
<i>Criança</i>	0,8%
<i>Jovens</i>	0,5%
<b>Comunidade Escolar</b>	<b>4,8%</b>
<i>Escola (profissionais)</i>	4,8%
<b>Governo</b>	<b>49,1%</b>
<i>Executivo Federal</i>	12,2%
<i>SEPPIR</i>	0,2%
<i>SEDH</i>	0,0%
<i>SPM</i>	0,0%
<i>Forças Armadas</i>	0,0%
<i>Diplomatas</i>	1,5%
<i>Polícia</i>	2,2%
<i>Executivo Estadual/Distrital</i>	6,5%
<i>Bombeiros</i>	0,0%
<i>Executivo Municipal</i>	5,5%
<i>Legislativo Nacional</i>	10,3%
<i>Legislativo Estadual/Distrital</i>	1,2%
<i>Legislativo Municipal</i>	2,3%
<i>Poder Judiciário</i>	5,3%
<i>Ministério Público</i>	1,8%
<i>Defensoria</i>	0,3%
<b>Família</b>	<b>0,0%</b>
<i>Família (Mãe)</i>	0,0%
<i>Família (Pai)</i>	0,0%
<i>Família (Outros)</i>	0,0%
<b>Conselhos</b>	<b>0,0%</b>
<i>Conselhos de Direitos</i>	0,0%
<i>Conselhos Tutelares</i>	0,0%
<i>Conselhos de Políticas Públicas</i>	0,0%
<b>Violência</b>	<b>0,0%</b>
<i>Agressores</i>	0,0%
<i>Vítimas da Violência</i>	0,0%

Continua ►

<b>Fontes ouvidas por notícia (continuação)</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
<b>Sociedade Civil</b>	<b>62,5%</b>
<i>Organizações da Sociedade Civil</i>	4,5%
<i>Fundações</i>	6,8%
<i>Sindicatos</i>	0,7%
<i>Confederações de empregadores</i>	1,0%
<i>Empresas</i>	1,5%
<i>Partidos/ Candidatos Políticos</i>	0,0%
<i>Serviços de Saúde</i>	0,0%
<i>Igreja/ Entidade Religiosa</i>	0,8%
<i>Representantes de entidades religiosas de matriz africana</i>	0,0%
<i>Representantes de entidades religiosas indígenas</i>	2,2%
<i>Fontes ligadas ao movimento negro</i>	6,5%
<i>Indígenas</i>	15,2%
<i>Cidadãos e cidadãs em geral</i>	22,2%
<i>Personalidade da área cultural</i>	0,0%
<i>Advogados</i>	0,0%
<i>Mídia</i>	1,3%
<i>ANDI</i>	0,0%
<b>Especialistas</b>	<b>30,9%</b>
<i>Especialista em geral</i>	24,8%
<i>Universidades</i>	6,1%
<b>Organizações e Agências Internacionais</b>	<b>12,6%</b>
<i>UNICEF</i>	0,0%
<i>UNFPA</i>	0,0%
<i>Outros Organismos Internacionais</i>	1,5%
<b>Outros</b>	<b>8,9%</b>
<b>Não é possível identificar</b>	<b>2,2%</b>

\*A soma dos percentuais pode alcançar mais de 100%, já que este item permitia marcação múltipla.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E BUSCA DE SOLUÇÕES

A referência a políticas públicas está presente em 18,7% das notícias sobre Infância, Raça e Etnia publicadas em 2009. Embora o percentual esteja ligeiramente acima do verificado na cobertura em geral sobre Infância & Adolescência (12%), ele ainda está aquém do necessário para o cumprimento do papel dos veículos de comunicação na cobrança e monitoramento das iniciativas públicas com vistas a solucionar os problemas sociais existentes.

A Política Pública mais mencionada nas notícias que discutem Infância, Raça e Etnia é o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro), que comparece em 37,2% dos textos que abordam políticas públicas.

Nenhum dos textos analisados faz menção a outras políticas públicas importantes para a questão etnico-racial, tais como: Política Nacional de Saúde Integrada da População Negra; Programa A Cor da Cultura; Programa Brasil Quilombola; Plano Setorial de Qualificação (Planseq); Trabalho Doméstico Cidadão; Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil Nordeste-Amazônia Legal; Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Brasil Afroatitude) - todos eles federais e ligados aos ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e às Secretarias SEPPIR e SPM.

Foram foco de menções pontuais iniciativas como: Prouni (Programa Universidade para Todos); Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir); Estatuto da Igualdade Racial; Programa de Animação Cultural; Projeto Pixaim; Plano Nacional de Igualdade Racial; Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas; Plano de Ação Conjunta Brasil - Estados Unidos para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade e Programa Nacional de Direitos Humanos, além de projetos voltados ao turismo em áreas indígenas.

### **Monitoramento, orçamento e participação social**

Entre outros aspectos, as políticas públicas traduzem o esforço dos Estados para gerar soluções às violações de direitos a que está sujeita uma determinada população. Nesse sentido, é indispensável que os meios de comunicação contribuam com informações sobre a implementação, os investimentos e os resultados alcançados por tais iniciativas. Os dados coletados pela presente pesquisa apontam, entretanto, que ainda se constitui um desafio à cobertura sobre Infância, Raça e Etnia a discussão mais aprofundada sobre as políticas públicas:

O monitoramento e avaliação das políticas públicas – importante contribuição a ser oferecida pela imprensa para a efetividade de tais iniciativas – foi foco de apenas 7,8% dos textos analisados que mencionam tais políticas.

Também é reduzida a menção a resultados alcançados pelas iniciativas. Cerca de 18,6% dos textos que tratam de políticas públicas citam os resultados alcançados (o que ocorre, efetivamente, em 21 matérias ao longo do ano). Já o quesito “viabilidade” das políticas públicas é foco de 27,4% das notícias desse grupo.

A participação da sociedade civil na organização e/ou formulação de políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades raciais e/ou étnicas é mencionada em 16,8% destes textos (19 matérias).

### **A perspectiva dos direitos**

Os jornalistas responsáveis pelas notícias que tratam de Infância, Raça e Etnia parecem estar atentos à importância do enfoque de direitos e do marco legal na discussão dessa agenda temática. Cerca de 17% dos textos analisados, de 2009, trazem referência à legislação – percentual bem acima do registrado na cobertura em geral sobre Infância & Adolescência (5,7%).

O Estatuto da Igualdade Racial – sancionado pelo presidente da República e cujo texto prevê garantias e o estabelecimento de políticas públicas importantes para a área – é mencionado em 7,7% do total das notícias analisados.

Por outro lado, diversas leis específicas para a área ainda não estão pautadas nessa agenda de discussão. Entre os exemplos estão a Lei do Ensino de História Afro-Brasileira ou Africana (1,5%) e a Portaria n. 992 de 2009, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (1,5%). Ainda em menor medida estão marcos legais como Lei do Ensino de História Afro-Brasileira ou Indígena (0,4%) ou o Decreto 4.887, de 20/11/03, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória (0,2%).

Chama atenção a ausência de menções ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o que poderia representar uma interface importante entre os direitos da criança e a agenda da justiça racial.

Também não são mencionados nas notícias analisadas o Decreto 6.261 de 20/12/07, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola.

Tabela 8

<b>Matérias que mencionam Legislação*</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Legislação em geral (Código Penal, Código Civil, Constituição Federal)	5,3%
Estatuto da Criança e do Adolescente	0,0%
Outra legislação especificamente relacionada a questões étnico/raciais	3,6%
Estatuto da Igualdade Racial	6,8%
Lei do Ensino de História Afro-Brasileira ou Africana (Lei 10.639)	2,0%
Tratados ou Convenções Internacionais	1,3%
Lei do Ensino de História Afro-Brasileira ou Indígena (Lei 11.645)	0,7%
Decreto 4.887, de 20/11/03, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória	0,2%
Decreto 4.886, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade	0,2%
Estatuto da Criança e do Adolescente	0,0%
Decreto 6.261 de 20/12/07, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola	0,0%
Portaria n. 992 de 2009, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra	0,0%
Não cita Legislação	82,1%

\*A soma dos valores pode alcançar mais de 100%, já que este item permite marcação múltipla.

### Dados e indicadores em foco

As notícias que trazem dados estatísticos tendem a contribuir para uma visão mais ampla do contexto apresentado. Mais uma vez os jornalistas que cobrem a temática de Infância, Raça e Etnia se mostram engajados em levar ao público elementos capazes de auxiliar na compreensão dos problemas e desafios enfrentados na área: 33,2% das notícias sobre o tema trazem dados estatísticos – percentual bem acima do verificado na cobertura em geral.

O questionário preparado pela ANDI também buscou identificar se a referência a fontes estatísticas tinha como objetivo ressaltar diferenças étnico-raciais. De acordo com os dados levantados, parte considerável cumpre com esta função (43,3%). Apenas 1% dos textos que se valeram de dados estatísticos reforçavam que as diferenças étnico-raciais não existiam. Os dados estatísticos são usados de forma neutra – sem opinar a respeito de questões étnico raciais – em 42,79% das matérias.

### **Ótica investigativa**

Os profissionais de imprensa que cobrem as questões de Infância, Raça e Etnia parecem estar atentos à importância de ir além do factual: 40,3% dos textos analisados trazem denúncias ou posicionam um problema a ser resolvido. O dado é relevante, especialmente quando comparado ao índice verificado na cobertura em geral sobre Infância & Adolescência (6,9%).

Esse bom desempenho se repete na análise da ótica investigativa das notícias - ou seja, quando o texto vai além da simples narrativa dos acontecimentos, apresentando denúncias de violações de direitos ou debatendo propostas para a solução dos problemas. Segundo os dados coletados pela ANDI, 21,2% das notícias que discutem Infância, Raça e Etnia apresentam Soluções aos problemas relatados - na cobertura em geral sobre os direitos de crianças e adolescentes esse índice é de 9,3%.

## INFÂNCIA, RAÇA E ETNIA EM GERAL

Colocar em pauta o debate acerca das diferenças e desigualdades de Raça e Etnia no noticiário sobre Infância & Adolescência parece ser o foco de grande parte das notícias analisadas sobre o tema em 2009. O fato de que a presença de termos pejorativos na cobertura tenha sido quase inexistente, pode indicar que a cobertura parte de um patamar importante do reconhecimento de direitos e respeito às diferenças.

Segundo o estudo, 61,2% das matérias sugerem que há diferenças sociais entre grupos raciais.

Dessas, 33,71% sugerem ações específicas/determinadas voltadas para as populações negra e/ou indígena para o enfrentamento das desigualdades raciais e/ou étnicas.

Dentre as ações sugeridas, 50,86% dos textos indicam as cotas raciais/étnicas como forma de enfrentamento às desigualdades de raça e/ou etnia. Outras ações afirmativas aparecem em 12%.

Em menor medida, este noticiário cita ações focadas na população negra (21,71%), indígena (12%) e a educação de qualidade (24,57%)<sup>2</sup>.

Crianças e adolescentes negros e indígenas são qualificados em apenas 3,8% das notícias. Destas matérias, 43% realizam uma qualificação positiva (vencedor, superador de dificuldades e obstáculos).

“Marginal”, “infrator”, “ladrão”, “traficante”, “malandro” são expressões mencionadas em 0,3% do total dos textos. Termos como “objeto sexual”, “permissivo”, “escravo”, “mão-de-obra barata” e “explorado laboral” aparecem em 0,8% das notícias. “Usuário de drogas” e “usuário de álcool” são mencionados em 0,3%. “Menos inteligente”, “ignorante” e “burro” são referências utilizadas em 0,2%.

### Cobertura de manifestações de racismo/preconceito

O estudo realizado pela ANDI buscou identificar a cobertura, por parte do noticiário, de manifestações de racismo e/ou preconceito de raça/etnia. Cerca de 24% (147 matérias) das notícias analisadas reporta ou discute algum tipo de conteúdo racista ou preconceituoso.

<sup>2</sup> Valores calculados sobre o total de notícias que apresentam ou discutem alguma ação voltada para o combate das desigualdades étnico-raciais.



A maior parte desses textos (39,5%) não cita vítimas específicas de racismo, tratando do tema de forma genérica ou discutindo a temática do preconceito de raça e/ou etnia de modo geral.

Nestas matérias as principais manifestações de racismo noticiadas foram: “Violência física” (19,1%), “uso de estereótipos para discriminar” (20,4%) e o não reconhecimento da “cultura, a história, a língua, a religião e outros valores de origem afro e indígena no contexto das crianças e adolescentes” (16,3%).

Dentre as matérias que citam algum caso de racismo/preconceito, não há, na grande maioria deles, a especificação do ambiente em que ocorrem, ou seja, em (61,2%) das situações não há a preocupação do jornalista em situar especialmente os atos de racismo que são descritos nas matérias. Dos textos que trazem tal referência, 21,1% citam o ambiente escolar, 10,2% os bairros e vizinhanças e 11,6% outros espaços públicos.<sup>3</sup>

**Tabela 9**

<b>A qual manifestação de racismo e/ou preconceito a matéria se refere?*</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Há apenas a discussão de racismo e/ou preconceito de modo genérico, sem citar vítimas	39,5%
Faz uso de estereótipos para discriminar	20,4%
Violência física	19,1%
Verbal	17,0%
Não reconhece a cultura, a história, a língua, a religião e outros valores de origem afro e indígena no contexto das crianças e adolescentes	16,3%
Psicológica	15,7%
Apresenta-se de forma velada em brincadeiras e piadas	3,4%
Transgride o direito de ir e vir das crianças e adolescentes	2,0%
A manifestação de racismo é realizada pela própria minoria	0,7%
Outros	10,2%

\*Valores referentes a 24,3% dos textos que apresentam/discutem algum tipo de conteúdo racista ou preconceituoso ou algum ato de racismo ou preconceito.

<sup>3</sup> Percentuais calculados somente sobre as matérias que citam ou discutem racismo.

## Menção a vítimas de preconceito/racismo

Também fez parte do levantamento realizado pela ANDI a identificação de como o noticiário acompanha casos específicos de preconceito/racismo. Dentre as notícias que mencionam casos de racismo, 13,79% reforçam iniciativas da vítima no sentido de buscar ajuda para sair da situação relatada.

11,23% destes textos registram situações de impunidade ou dificuldade de punir o autor do ato de racismo. Mas o noticiário não discute, de forma representativa, quais são as dificuldades existente para a aplicação das devidas punições.

De acordo com os dados coletados, a discussão sobre os problemas advindos do racismo não é representativa: somente 4,49% dos textos mencionam eventuais reflexos do ato de racismo para a vida e o desenvolvimento da vítima.

Não foram identificadas notícias que destacassem a busca de apoio ou serviço por parte da vítima. Os atores ausentes foram: Família, Amigos, Vizinhos, Colegas de Classe ou de Trabalho (para o caso daqueles que já trabalham), Educadores, Professores e Inspectores de Aluno, Delegacia, Disque Racismo, Disque Denúncia, Ouvidoria da Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, Ministério Público e Corregedoria da Polícia.

Tabela 10

<b>Quem é o autor do ato de racismo?*</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Estudantes, colegas de classe	23,6%
Delegados, policiais, agentes ligados a segurança pública	16,9%
Familiares	14,6%
Educadores, professores e inspetores de aluno	13,5%
Vizinhos (incluindo crianças e adultos)	11,2%
Atendentes e servidores públicos	9,0%
Sociedade em geral	9,6%
Empresários, chefes, superiores	3,4%
Vendedores, seguranças de lojas, atendentes	1,1%
Profissionais liberais	1,1%
Motorista do transporte escolar	0,0%
Médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde	0,0%
Advogados	0,0%
Condutores do transporte público	0,0%
Outros	9,6%
Não foi possível identificar	5,6%

\*Percentuais referentes a 14,7% dos textos que mencionam alguma manifestação de preconceito/racismo.

## IGUALDADE RACIAL E EDUCAÇÃO

A agenda da Educação está presente em 53,7% dos textos sobre Infância, Raça e Etnia analisados pela ANDI. O assunto aparece como tema principal em 31,1% das notícias e como tema de apoio em 22,6%. Esse debate é amplamente dominado pela questão das cotas, presente em 42,46% do total de notícias sobre Educação e que enfocam questões de igualdade racial e etnia publicadas em 2009.

Pode-se verificar - especialmente nos veículos de abrangência nacional - uma presença marcante de posicionamentos contrários a estas iniciativas. Esses quatro jornais (*Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*) concentram aproximadamente 43% das afirmações que se opõem às políticas públicas relacionadas à questão étnico-racial<sup>4</sup> - sendo as cotas raciais aquelas que apresentam o maior número de opiniões contrárias. Cabe ressaltar, também, que boa parte destes conteúdos está localizada nos espaços mais nobres dos diários, reservados aos articulistas e editorialistas.

Tabela 11

<b>Qual o foco central da discussão sobre Educação?*</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Cotas	42,5%
Educação indígena	14,8%
Diversidade no ambiente escolar	12,0%
Inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar	3,7%
Inclusão História e Cultura Indígena no currículo escolar	2,8%
Estatuto da Igualdade Racial	2,8%
Racismo institucional - ambiente escolar	2,8%
Pesquisas que enfatizam/ comparam questões raciais/ étnicas	2,2%
Violência na escola	1,9%
Lei nº 10.639/2003	1,5%
Seminários/ Encontros sobre temática racial/ étnica	1,5%
Capacitação de professores na temática racial/ étnica	1,5%
Educação Indígena bilíngüe	0,9%
Formação de professores	0,6%
Questões relativas ao ensino nas comunidades quilombolas	0,6%
Ensino de Religião de Origem Africana nas escolas	0,3%
Incentivo de atividades produtivas rurais da população negra	0,0%
Outras	7,7%

\*Percentuais referentes a 53,7% dos textos que mencionam Educação como tema principal ou tema de apoio.

4 Percentual referente a 18% dos textos que mencionam políticas públicas específicas.

A educação indígena em geral (14,8%) também tem destaque nos textos que mencionam Educação como tema principal ou tema de apoio. Já ações específicas de Inclusão História e Cultura Indígena no Currículo Escolar e Educação Indígena Bilíngüe aparecem pouco -2,8% e 0,9%, respectivamente.

Inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Currículo Escolar (3,7%), Estatuto da Igualdade Racial (2,8%) e o Ensino de Religião de Origem Africana nas Escolas (0,3%) também são mencionadas de forma reduzida.

### Questões abordadas

Em virtude da ampla presença da discussão de cotas, o tema Acesso também é bastante referenciado nessa cobertura (60,9%). Contam com presença intermediária aspectos como Questões pedagógicas (28,6%), Escola e comunidade (19,4%) e Programas e políticas específicas (18,5%).

Tabela 12

<b>Ao retratar a temática da educação quais das seguintes questões são abordadas? * **</b>	
<b>(% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)</b>	
Acesso	60,9%
Questões pedagógicas	28,6%
Escola e comunidade	19,4%
Programas e políticas específicas	18,5%
Racismo na escola	8,9%
Eventos	7,7%
Infra-estrutura física/insumos/recursos	6,5%
Legislação	5,5%
Efemérides	4,6%
Questões docentes	3,7%
Violência nas escolas	3,4%
Financiamento educacional	3,1%
Questões discentes	2,8%
Gestão educacional	2,5%
Família	2,2%
Pesquisas	0,9%
Avaliação e fiscalização	0,6%
Greves/ reivindicações	0,3%
Merenda escolar	0,3%
Outras	4,0%

\*Percentuais referentes a 53,7% dos textos que mencionam educação como tema principal ou tema de apoio.

\*\*A soma dos valores pode alcançar mais de 100%, já que este item permite marcação múltipla.

## Níveis e modalidades de ensino predominantes

Mesmo tendo como universo pesquisado notícias com enfoque na população de crianças e adolescentes, o acesso à universidade – especialmente por meio das políticas de cotas – constituiu o foco principal (27,9%) das notícias de Infância, Raça e Etnia com interface em Educação.

Tabela 13

<b>Quais os níveis ou modalidades de ensino cobertos pela matéria?* **</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Ensino Superior	52,9%
Ensino Médio	22,5%
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	16,6%
Educação Indígena	9,5%
Educação Infantil (Creche + Pré-Escola)	5,2%
Educação de Jovens e Adultos	1,2%
Cursinho e Pré-vestibular	0,6%
Educação ou Ação Complementar à Escola	0,6%
Educação à Distância	0,3%
Educação Especial (Pessoas com Deficiência + Superdotados)	0,3%
Ensino Profissionalizante	0,3%
Pós-Graduação	0,3%
Não há um nível ou modalidade majoritariamente mencionado	16,0%
A notícia não está claramente associada a um dos itens desta tabela	4,9%
Outros	6,2%

\*Percentuais referentes a 53,7% dos textos que mencionam educação como tema principal ou tema de apoio.

\*\*A soma dos valores pode alcançar mais de 100%, já que este item permite marcação múltipla.

## O acompanhamento das políticas públicas educacionais

Segundo os dados levantados, 36,61% dos textos sobre educação e igualdade étnico-racial tratam de políticas públicas educacionais. Dentre tais políticas, apenas 4,2% mencionam monitoramento e/ou avaliação. O orçamento público para a área é abordado em 8,4% das notícias, enquanto 15,1% citam indicadores.

Na cobertura de políticas educacionais, os jornalistas fazem uso de termos como “Política de cotas”, “Ação afirmativa”, “Igualdade” e “Inclusão” – elementos bastante relacionados a uma visão positiva deste tipo de iniciativa.

Não surgiram neste debate alguns termos que usualmente são levantados no debate acadêmico sobre o tema das cotas, tais como “Assistencialismo”, “Patriarcalismo” e “Patrimonialismo”.

**Tabela 14**

<b>Ao cobrir políticas públicas a matéria utiliza os seguintes termos</b> (% de notícias com foco em Infância, Raça e Etnia, 2009)	
Política de cotas	78,2%
Ação afirmativa	50,4%
Igualdade	26,9%
Inclusão	25,2%
Política compensatória	5,0%
Discriminação positiva	3,4%
Assistencialismo	0,0%
Patriarcalismo	0,0%
Patrimonialismo	0,0%

\*Percentuais referentes a 36,6% dos textos que mencionam políticas públicas.

Os jornais analisados e sua participação no universo de textos da pesquisa realizada pela ANDI

Tabela 15

Os jornais analisados e sua participação no universo de textos da pesquisa realizada pela ANDI		
Jornal/ Região	UF	%
<b>REGIÃO NORTE</b>		<b>17,4%</b>
Folha de Boa Vista	RR	9,4%
A Crítica	AM	3,8%
O Liberal	PA	2,1%
Jornal do Tocantins	TO	1,3%
A Gazeta	AC	0,8%
<b>REGIÃO NORDESTE</b>		<b>20,0%</b>
A Tarde	BA	6,8%
Diário de Pernambuco	PE	3,3%
Jornal do Commercio	PE	2,6%
Diário do Nordeste	CE	2,0%
Jornal da Cidade	SE	1,8%
O Povo	CE	1,2%
O Imparcial	MA	1,2%
Diário de Natal	RN	0,5%
Gazeta de alagoas	AL	0,2%
O Estado do Maranhão	MA	0,2%
O Norte	PB	0,2%
Correio de Sergipe	SE	0,0%
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>		<b>16,1%</b>
Correio Braziliense	DF	4,8%
A Gazeta	MT	4,5%
Jornal de Brasília	DF	3,5%
Diário da Manhã	GO	1,8%
O Popular	GO	1,5%
<b>REGIÃO SUDESTE</b>		<b>35,0%</b>
O Estado de S. Paulo	SP	7,8%
O Globo	RJ	6,9%
Folha de S. Paulo	SP	5,1%
Jornal do Brasil	RJ	4,8%
Estado de Minas	MG	3,6%
O Tempo	MG	2,8%
A Gazeta	ES	1,3%
Valor Econômico	SP	1,3%
Gazeta Mercantil	SP	1,2%
O Dia	RJ	0,2%
Hoje em Dia	MG	0,0%
<b>REGIÃO SUL</b>		<b>11,6%</b>
Gazeta do Povo	PR	3,3%
Zero Hora	RS	3,1%
A Notícia	SC	2,1%
Folha de Londrina	PR	1,2%
Diário Catarinense	SC	1,2%
Correio do Povo	RS	0,7%
TOTAL		100%

## METODOLOGIA DE MONITORAMENTO

Desde 1996, a ANDI monitora o comportamento editorial da mídia impressa brasileira no que se refere ao noticiário sobre o universo da Infância & Adolescência. A cobertura é avaliada a partir de um método conhecido como Análise de Conteúdo, que permite quantificar as características do material veiculado de forma objetiva e sistemática. Dessa forma, é possível traduzir os diferentes elementos presentes no texto jornalístico em dados numéricos, viabilizando sua mensuração e sua comparação.

Neste documento, nos valem da metodologia de monitoramento de mídia da ANDI para analisar em detalhes a abordagem da imprensa sobre o tema da Igualdade de Raça/Etnia, tendo como foco particular a questão da Educação. Espera-se, com este estudo, compreender como o noticiário sobre o universo dos direitos da criança e do adolescente aborda a questão étnico-racial, as políticas públicas da área e, em particular, o papel da educação nesse contexto.

### Veículos analisados

A pesquisa acompanhou o conteúdo publicado por 39 diários brasileiros de todas as regiões do País durante o ano de 2009. Foram analisados 12 jornais da região Nordeste, 11 da região Sudeste, 6 da região Sul, 5 da região Centro-Oeste e 5 da região Norte (ver lista completa na página 23).

### Clipping

A seleção de notícias foi realizada a partir de uma base de dados eletrônica com foco no universo da infância e da adolescência, tendo como período de referência o ano de 2009. As palavras-chave de busca foram: raça; racial; racismo; índio; índia; indígena; etnia; étnico; negro; negra; cota; preconceito; preconceitos; xenofobia; xenófobo; xenófoba; preto; preta; igualdade; discriminação; discriminado; discriminada; e afrodescendente.

### Critérios de seleção de textos

Segundo metodologia da ANDI, as notícias selecionadas precisam ter um mínimo de 500 caracteres - dos quais pelo menos 200 devem tratar diretamente de questões relacionadas a crianças e adolescentes. Todas as notícias sobre o universo infanto-juvenil são compiladas, exceto aquelas publicadas nos suplementos específicos que alguns jornais mantêm para esse público. Sinopses de eventos culturais, anúncios publicitários e notas também não são selecionados.

Ao todo, foram identificadas cerca de 16.000 notícias a partir da seleção por palavras-chave. Entretanto, após processo de triagem, apenas 605 atenderam aos critérios ANDI - ou seja, não são notas curtas, possuem trecho considerável sobre temáticas relacionadas à Infância & Adolescência e pertinência no que se refere à perspectiva de Raça/Etnia.<sup>1</sup> Em resumo, a análise crítica se concentrou na parcela de textos sobre os direitos de crianças e adolescentes que tratam de aspectos específicos da agenda de Raça/Etnia.

### Classificação

Além de investigar os aspectos quantitativos da cobertura, a pesquisa adota parâmetros de classificação dos textos que permitem uma avaliação de sua qualidade, por meio das variáveis apresentadas a seguir.

- Temas - O processo de classificação atribui a cada texto um "Tema Principal", além de

<sup>1</sup> Algumas palavras-chave relacionadas ao universo da igualdade racial geram expressiva quantidade de notícias que não dizem respeito ao tema, o que explica o grande volume de matérias inicialmente selecionadas.



vários “Temas Secundários”, a partir de uma lista de 27 assuntos pré-definidos, tais como Educação, Saúde, Violência, Pobreza e Exclusão, Questões de Gênero, Questões de Raça/Etnia, entre outros.

- Enquadramento institucional do foco central - Os textos são classificados a partir da perspectiva de abordagem do jornalista, que pode ser enquadrada como: casos individualizados (casos pessoais, familiares, etc.); Setor Privado, Terceiro Setor; Sociedade em Geral; Temático e Poder Público (nas esferas do Executivo e Legislativo Municipal, Estadual e Federal, juntamente com o Judiciário e as Defensorias Públicas).
- Formato jornalístico - Os textos são classificados segundo as categorias: Reportagem, Artigo, Editorial, Entrevista, Coluna de Consulta, Coluna Social, Enquete e Carta do Leitor.
- Políticas públicas, legislação e estatísticas - São avaliadas as citações de iniciativas governamentais para a solução de problemas relacionados à Infância & adolescência e a menção à legislação específica para este público, além da capacidade de contextualizar a informação com base em estatísticas oficiais.
- Ótica investigativa (Denúncia e Busca de Soluções) - Este dado tem como propósito identificar textos que apresentem um alto grau de contextualização, evidenciando um esforço de oferecer ao leitor propostas para promover os direitos da infância ou denunciar suas violações.
- Fontes de informação - Este critério de classificação procura averiguar o nível de participação dos diversos setores da sociedade no discurso construído pelos meios.

Para além dos itens referentes à metodologia de monitoramento regularmente utilizada pela ANDI, foram introduzidas na análise questões específicas para a questão de igualdade de raça/etnia, tendo como recorte o tema da Educação.

- Menção à diferenças sociais entre raças e/ou etnias.
- Menção a ações para o enfrentamento das desigualdades raciais e/ou étnicas.
- Discussão ou manifestação de algum preconceito referente à raça/etnia e às características dessa manifestação.
- Evidência de elementos da cultura/comportamento de raças e/ou etnias específicas.
- Representações das crianças Negras ou Indígenas no noticiário.
- Temáticas educacionais abordadas.
- Níveis de ensino mencionados.
- Etapas das políticas públicas educacionais acompanhadas.

### **Inserção, extração e análise de dados**

Uma vez selecionado, cada texto é indexado em uma base de dados e classificado a partir dos critérios descritos acima. Por fim, os resultados foram analisados de modo a construir uma ampla radiografia do tratamento editorial dispensado pelos veículos investigados aos temas da Infância & Adolescência, sempre que tratam da agenda de igualdade de raça/etnia.

### **Aspectos comparativos**

Quando necessário, os dados obtidos nesta análise foram comparados com os índices verificados na cobertura da Infância & Adolescência em geral, de forma a identificar possíveis diferenças de tratamento entre os dois grupos de textos analisados. As referências acerca da cobertura da infância em geral foram obtidas por meio de dados da pesquisa *Infância na Mídia 2009*, ainda inédita.



SDS, Ed. Boulevard Center - Bloco A Sala 101  
70.391-900 - Brasília - DF  
Telefone: (61) 2102.6551  
andi@andi.org.br - www.andi.org.br